

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Artigo publicado na revista *Linha Direta*, Nº 95, Fevereiro de 2006.

Guga Dorea*

Certo dia, no final da mostra cultural anual realizada em uma escola de educação infantil ao ensino fundamental, o pai de uma criança matriculado na 1ª série perguntou á professora: “como é que foi ensinar a meu filho?”. De uma maneira singela e direta, ela respondeu: “aprendi muito com ele”.

Inicio esse artigo com o fato verídico descrito acima por um motivo bem simples: essa criança está atualmente com oito anos, tem a Síndrome de Down e ainda se encontra em pleno processo de alfabetização. No âmbito de um ensino clássico, esse aluno nem estaria na 1ª série, sequer teria sido concebido como uma pessoa que tem algo a ensinar à própria professora.

Muitos chegariam até a dizer: “Como essa criança conseguiu chegar a esse nível sem estar devidamente alfabetizada?”. “Como passar de ano um aluno que ainda não adquiriu o conteúdo básico exigido pela escola?”. Ou ainda: “Ele não deveria ter repetido quantas vezes fossem necessárias até estar preparado para dar um salto tão importante em sua vida escolar?”.

Na concepção da escola, qual teria sido então a transformação dessa professora, que inverteu o que para muitos deveria ser a ordem natural dos fatores?. O que teria mudado nessa e em outras escolas conhecidas como inclusivas?. E mais: como pensar em educação inclusiva em uma sociedade que sempre foi extremamente excludente, e ainda é, em muitos sentidos, contra todas as pessoas que eram concebidas como diferentes?.

Em uma breve retrospectiva histórica, podemos destacar que a única semelhança possível em relação aos “diferentes” foi a de que eles sempre foram vistos como um problema a ser equacionado. Se formos nos deter ao período conhecido como o da antiguidade grega, podemos trazer aqui o que pensava Platão. Ele chamou de simulacro a cópia mal feita de um modelo idealizado de sociedade, cabendo a esse simulacro se adequar ou ser alijado do social, em nome da coesão e da harmonia do todo. Explica-se aí, pelo menos em parte, o porquê dos maus tratos ou mesmo negligência em relação às pessoas com deficiência e aos loucos, estigmatizados como “incapazes” de se metamorfosearem em cópias perfeitas.

A era conhecida como Idade Média, por sua vez, tratou as crianças “excepcionais” ora com a piedade “devida” em relação aos que não tiveram a sorte de nascerem “normais”, ora com a “demonização” dos mesmos. Nesse momento histórico pode estar a origem da necessidade de serem criadas instituições que abriguem filantropicamente os “incapacitados” de agirem como seres verdadeiramente autônomos.

Avançando um pouco mais nessa questão, é importante frisar que, sobretudo após final do século XVII, entramos no que Foucault chamou de “sociedade disciplinar”, período no qual o homem produziu supostas verdades absolutas do que é o bem e o mal; o certo e o errado; o perfeito e o imperfeito; o normal e o anormal, entre muitas outras dicotomias.

Até pelo menos a metade do século XX, segundo ele, foi preciso criar mecanismos de vigilância e a conseqüente punição contra aqueles que, por um motivo ou outro, não se adaptassem a um modelo pré-estabelecido de perfeição humana. É nesse período, inclusive, que ganha força a idéia de que a intitulada “deficiência” é uma doença passível de “cura”, seja do ponto de vista clínico, psicológico, psiquiátrico ou mesmo pedagógico. Desse modo, ela deveria ser nitidamente classificada, catalogada e diagnosticada em instituições abertas ou fechadas.

O papel das escolas “normais”, nesse sentido, era o de selecionar e hierarquizar os detentores de um maior conteúdo programático possível, conquistado em um tempo regimento pré-determinado. Já as chamadas de “especiais”, desde meados do século XVIII, tinham um caráter essencialmente “curativo”. Eram destinadas aos, como disse Foucault, “desajustados” do sistema, os que poderiam causar curtos circuitos no bem e coeso andamento do que a intitulada Idade Moderna considerou como um legítimo e próspero processo civilizatório.

Trata-se aqui do ideal liberal de almejar possibilidades iguais e, na contramão dessa possibilidade, do processo de exclusão daqueles que não se enquadrassem ou fossem concebidos como incorrigíveis. No Brasil, segundo já nos revelou Silveira Bueno, só após a proclamação da República que a educação especial iniciou seu processo de institucionalização crescente adquirindo, dessa forma, um caráter mais “curativo” e não apenas assistencialista. Esse processo de seleção “eugênica” começa a se desenvolver com maior intensidade em meados do século XX, quando o país entrou de fato na trilha desenvolvimentista do capitalismo.

É a partir daí que pretendo diferenciar um discurso de integração que privilegia o princípio de que, para ser incluído, é indispensável que o “anormal” se adapte ao máximo a uma trilha pretensamente normalizante. A inclusão, que começa a ser delineada no Brasil a partir da década de 90, não pressupõe mais essa condição e sim uma efetiva transformação da escola, no sentido de estar apta a atuar com a diversidade. Trata-se, portanto, de romper com o paradigma de que o papel educacional do professor é o de focar sua atenção apenas no aluno que possa ter atingido um patamar mais alto ou à média da sala, considerando os outros como problemas que impedem o bom andamento da aula.

É possível, aqui, resgatar o educador Vítor da Fonseca: nos encontros existentes no âmbito da diversidade amplia-se o processo cognitivo de todos. A escola, a partir daí, deve se predispor a detectar o potencial criativo e singular de seus alunos e investir nele, seja ele qual for, independente de qualquer degrau valorativo e hierárquico.

Dessa forma, é indispensável repensar a avaliação como meio de classificação do aluno conforme a sua eventual aproximação da ponta do iceberg que a escola determinou como o ideal a ser alcançado pelo todo. A avaliação, no dia a dia da escola, não deve mais ter como finalidade diagnosticar o grau de inteligência e de aprendizagem do aluno, regimento fixado de uma forma apriorística, pois corre-se o sério risco de gerar rótulos classificatórios e mesmo estigmatizantes.

Todo esse processo nos faz pensar que é preciso levar em consideração, no âmbito da educação inclusiva, não só o diagnóstico clínico da pessoa com deficiência, mas também e, sobretudo, a multiplicidade de componentes que fazem parte de seu mundo externo e interno, desde o seu ambiente familiar e societário até a forma como ele concebe o outro e se percebe nesse mundo inerente à sua existência, o mesmo ocorrendo, convém frisar, com os alunos não deficientes.

É importante destacar que a proposta de mudança de comportamento e de visão de escola não ocorre de uma hora para a outra. Sabemos que parte de nossa sociedade ainda utiliza régua e compasso para medir os indivíduos em função de suas conquistas culturais, políticas, sociais ou econômicas. No entanto, uma outra hipótese a ser pensada parte do pressuposto de que as crianças, ao aprenderem a reconhecer a alteridade no momento presente, tendem a ser adolescentes e adultos pelo menos mais tolerantes no futuro.

Não se trata, no entanto, de aprender única e exclusivamente a tolerar o outro, ou mesmo de desenvolver com ele um elo de solidariedade e de ajuda humanitária, configurando-se aí em uma sutil dominação de algum sujeito, que pode ser o pai, o professor ou seja lá quem for, autoproclamando-se como mais forte e em contrapartida, estigmatizando o visto como o mais fraco.

Trata-se, ao contrário, de aprender a reconhecer o outro e a trocar com ele. Para isso, é necessário que a pessoa com deficiência não seja visualizada apenas como um ser passível de assistência ou cuidadas por alguém que, pretensiosamente, busque pensar por ela, e sim que seja dada a essa pessoa a oportunidade de se expressar segundo seus próprios afetos e, em função disso, construir suas próprias vidas diante de si mesma e no encontro com esse outro.

No âmbito geral, todos nós coabitamos o mesmo ecossistema. Porém, com formas de coexistência diferenciadas. Por essa via, novas portas de saída e de entrada podem estar constantemente sendo construídas e reconstruídas, em um processo de inclusão social que não pressupõe mais a simples adequação, e sim uma dinâmica de troca, no campo da diversidade humana.

Bibliografia

BUENO, José Geraldo Silveira, *Educação especial brasileira: integração social do aluno diferente*, São Paulo, EDUC, 2004

DELEUZE, Gilles & GUTTARI, Félix, *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, Lisboa, Portugal: Assírio & Alvin, s/d.

DOREA, Guga, *A mídia e a inclusão social: entre o possível e o virtual*, Revista Reichiana, São Paulo, Instituto Sedes sapientiae, n. 13, 2004

FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir, o nascimento da prisão*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994

MANTOAN, Maria Teresa Égler, *Caminhos pedagógicos da inclusão*, www.educacaoonline.pro.br/art-caminhospedagogicosdainclusao.asp

PLATÃO, *A República*, Lisboa, Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

* **Guga Dorea** é graduado em Jornalismo e Ciências Sociais, doutor em Ciência Política, além de professor convidado dos cursos de pós-graduação em Educação Inclusiva da Universidade Gama Filho e da UNI-FMU. gugadorea@uol.com.br